REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ESTUDO DE CASO NA UNIDADE ESCOLAR DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL RAIMUNDO PEREIRA, EM PALMEIRÂNDIA – MA

FINANCIAL EDUCATION: HOW TO USE DIGITAL TOOLS FOR FINANCIAL MANAGEMENT IN A HIGH SCHOOL CLASS AT CENTRO EDUCA MAIS JOÃO PAULO II

Ciências Humanas, Ciências da Saúde • 01/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/793411400

Fernando Mário Chagas Pinheiro Costa[1]

Almerinda Pereira Figueiredo[2]

RESUMO

Este artigo apresenta uma proposta de investigação sobre práticas pedagógicas inclusivas nas aulas de Educação Física da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em uma escola da rede municipal de Palmeirândia, Maranhão. O estudo tem como objetivo analisar essas práticas considerando as percepções do professor, dos estudantes e da equipe pedagógica acerca de suas contribuições para a participação e a permanência escolar. A pesquisa será qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida como estudo de caso. A produção dos dados prevê análise documental, entrevistas semiestruturadas e observação não participante de, inicialmente, oito aulas, com possibilidade de ampliação. O material será examinado por meio da Análise de Conteúdo, conforme Bardin. Como produto educacional do mestrado profissional, será elaborado e validado um guia pedagógico para o planejamento de práticas inclusivas na Educação Física da EJA. Por se tratar de uma pesquisa projetada, este texto não apresenta resultados empíricos; destaca a relevância de compreender as condições pedagógicas, formativas e institucionais que favorecem ou dificultam a participação, o acolhimento, o pertencimento e a continuidade dos estudos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Educação Física; Inclusão; Práticas pedagógicas; Permanência escolar.

ABSTRACT

This article presents a research proposal on inclusive teaching practices in Physical Education classes for Youth and Adult Education (EJA) at a municipal school in Palmeirândia, Maranhão. The study aims to analyze these practices considering the perceptions of the teacher, students, and educational team regarding their contributions to student participation and school retention. The research will be qualitative, exploratory, and

descriptive, carried out as a case study. Data collection will involve document analysis, semi-structured interviews, and non-participant observation of, initially, eight classes, with a possibility of expansion. The material will be examined using Content Analysis, according to Bardin. As an educational product of the professional master's program, a pedagogical guide for planning inclusive practices in EJA Physical Education will be developed and validated. Since this is a planned study, the article does not report empirical findings; instead, it emphasizes the importance of understanding the pedagogical, professional, and institutional conditions that support or hinder participation, welcoming practices, belonging, and continuity of studies.
Keywords: Youth and Adult Education; Physical Education; Inclusion; Pedagogical practices; School retention.

1. INTRODUÇÃO

Embora a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e as demais diretrizes educacionais tenham ampliado o reconhecimento da EJA como direito, a permanência dos estudantes ainda representa um dos principais desafios dessa modalidade (Brasil, 1996). O abandono escolar decorre de múltiplos fatores, entre eles as dificuldades econômicas, a necessidade de conciliar trabalho e estudo, as responsabilidades familiares e aspectos relacionados ao próprio ambiente escolar, como currículos pouco contextualizados e metodologias que nem sempre favorecem o acolhimento, a participação e o sentimento de pertencimento.

Na Educação Física, esse desafio assume características próprias. Durante muitos anos, o componente curricular foi tratado como

secundário na EJA ou reduzido à prática esportiva e à execução de exercícios físicos. Entretanto, sua inserção no currículo amplia as possibilidades de desenvolvimento da cultura corporal, da convivência, da autonomia e da participação dos estudantes. Conforme destaca Souza (2023, p. 36): “Desde que a Educação Física se tornou obrigatória na EJA, muitas mudanças ocorreram, porém, ainda temos duas lutas a travar: a primeira, aquela da defesa da modalidade como um direito universal, e a segunda, a preocupação da efetivação do componente curricular Educação Física adequado às características do público.”

A reflexão apresentada pelo autor evidencia que a garantia legal da Educação Física não assegura, por si só, práticas pedagógicas compatíveis com as necessidades dos estudantes da EJA. Ainda persistem abordagens centradas na reprodução de exercícios e modalidades esportivas, em detrimento de propostas que valorizem a cultura corporal e promovam reflexões sobre saúde, lazer, identidade, relações sociais, autonomia e participação.

Nesse contexto, torna-se necessário desenvolver práticas pedagógicas inclusivas que reconheçam a diversidade presente na EJA, considerando diferenças de idade, condição física, deficiência, gênero, raça, cultura e trajetórias de vida. Oliveira (2025) reforça essa perspectiva ao afirmar que a inclusão não se restringe ao atendimento de pessoas com deficiência, mas compreende a criação de condições para que todos os estudantes participem das atividades, aprendam e se reconheçam como integrantes da comunidade escolar.

Sob essa perspectiva, a permanência na EJA não deve ser compreendida apenas como a manutenção da matrícula ou da

frequência escolar. Trata-se de um processo que envolve participação efetiva nas atividades, construção de vínculos, reconhecimento de sentido nas aprendizagens e condições para a continuidade e conclusão dos estudos. Sendo assim, a Educação Física pode contribuir para esse processo ao proporcionar experiências corporais acessíveis, cooperativas e relacionadas ao cotidiano dos estudantes. Contudo, não se atribui a esse componente curricular a responsabilidade exclusiva pela permanência escolar, uma vez que esse fenômeno também é influenciado por fatores sociais, econômicos, familiares e institucionais.

A realização desta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como as práticas pedagógicas inclusivas são organizadas na Educação Física da EJA e como são percebidas pelos sujeitos que vivenciam essa realidade. No campo acadêmico, o estudo articula Educação Física, Educação de Jovens e Adultos, inclusão, participação e permanência escolar em uma realidade maranhense ainda pouco explorada. No campo pedagógico, os resultados poderão subsidiar a elaboração de estratégias mais acessíveis e contextualizadas. No campo social, a investigação poderá contribuir para o reconhecimento das experiências, condições e necessidades dos estudantes jovens, adultos e idosos.

A presente pesquisa tem como objeto as práticas pedagógicas inclusivas desenvolvidas nas aulas de Educação Física da Educação de Jovens e Adultos. A investigação será realizada na Unidade Escolar de Educação Básica Municipal, localizada no município de Palmeirândia, Maranhão, instituição que oferta essa modalidade da Educação Básica.

A delimitação temática concentra-se nas formas de planejamento, mediação, flexibilização e avaliação utilizadas nas aulas de Educação Física, considerando as condições físicas, as faixas etárias, as experiências, os interesses e as trajetórias escolares dos estudantes. Serão examinadas as percepções do professor de Educação Física, dos estudantes e da equipe pedagógica acerca das possibilidades e dos desafios relacionados à participação, ao acolhimento, ao pertencimento e à continuidade dos estudos.

A escolha de uma única instituição caracteriza a investigação como estudo de caso e permite examinar o fenômeno em seu contexto real, sem pretensão de generalizar os resultados para todas as escolas ou redes de ensino. A pesquisa também não atribui à Educação Física a responsabilidade exclusiva pela permanência escolar, uma vez que esse processo é influenciado por condições sociais, econômicas, familiares, institucionais e pedagógicas.

A partir dessa delimitação, apresenta-se a seguinte questão de pesquisa: Como as práticas pedagógicas inclusivas desenvolvidas nas aulas de Educação Física da Educação de Jovens e Adultos são percebidas pelo professor, pelos estudantes e pela equipe pedagógica quanto às suas contribuições para a participação e a permanência escolar na Unidade Escolar de Educação Básica Municipal, em Palmeirândia (MA)?

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Educação de Jovens e Adultos integra a Educação Básica e assegura oportunidades de escolarização às pessoas que não tiveram acesso ou continuidade dos estudos na idade considerada regular. Conforme Wszolek (2023) a modalidade não deve ser tratada

apenas como mecanismo de compensação escolar, pois atende sujeitos que possuem conhecimentos, experiências profissionais, responsabilidades familiares e trajetórias marcadas por desigualdades.

A organização do ensino precisa considerar os conhecimentos, as experiências e as trajetórias de vida dos estudantes, estabelecendo relações entre a formação escolar e sua realidade social. De acordo com Souza (2023, p. 31): “Os sujeitos da EJA como sujeitos da classe trabalhadora buscam na modalidade uma forma de reparação, equalização e formação permanente para o longo da vida. A heterogeneidade é uma das características marcantes dos educandos da EJA, do ponto de vista da faixa etária, da visão de mundo, das experiências e vivências concretas, etc.”

Essa compreensão reforça que a Educação de Jovens e Adultos é constituída por um público diverso, cujas necessidades, expectativas e vivências exigem práticas pedagógicas contextualizadas. Desse modo, o planejamento do ensino, inclusive da Educação Física, deve respeitar essa heterogeneidade, valorizando os saberes construídos ao longo da vida e promovendo estratégias que favoreçam a participação, a inclusão e a aprendizagem de todos os estudantes.

Na perspectiva de Freire (2021), a educação destinada a jovens e adultos deve ser construída por meio do diálogo, da problematização e do respeito à autonomia. O estudante não ocupa posição passiva, uma vez que participa do processo educativo com conhecimentos produzidos no trabalho, na família e na comunidade. Arroyo (2017) também ressalta que a EJA atende sujeitos com identidades e percursos próprios, razão pela qual os currículos e as

metodologias não podem reproduzir, sem adequação, modelos formulados para crianças e adolescentes.

A permanência escolar envolve matrícula, frequência, participação, aprendizagem, vínculo e possibilidade de conclusão dos estudos. Dutra, Melo e Silva (2026) relacionam o abandono na EJA a fatores externos, como trabalho, renda e responsabilidades familiares, e a fatores internos, como currículos pouco flexíveis e metodologias distantes da realidade dos educandos. Laplechade (2025) acrescenta que inclusão e permanência se aproximam quando a escola reconhece diferentes idades, condições, experiências e formas de aprender, garantindo oportunidades reais de participação.

Assim, a análise da permanência não pode responsabilizar apenas o estudante nem atribuir a um componente curricular a solução do abandono escolar. A escola, as políticas educacionais e as práticas pedagógicas participam da construção de condições de acolhimento e continuidade. Nesta pesquisa, a permanência será examinada a partir das percepções dos participantes sobre interesse, participação, pertencimento e continuidade dos estudos.

2.1. Educação Física na EJA: Inclusão, Participação e Cultura Corporal

A Educação Física contempla conhecimentos da cultura corporal, como jogos, esportes, danças, ginásticas e lutas. No contexto da Educação de Jovens e Adultos, porém, sua inserção curricular foi, durante muito tempo, marcada por práticas voltadas apenas à recreação, ao condicionamento físico ou ao rendimento esportivo.

Essa perspectiva desconsidera que os estudantes da EJA carregam experiências corporais construídas no trabalho, na vida familiar, nas

práticas culturais, no lazer e nas relações sociais. Reconhecendo a relevância desse componente para a formação integral dos estudantes, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece: “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e as condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos” (Brasil, 1996).

A disposição legal evidencia que a Educação Física deve ser desenvolvida em consonância com as características do público atendido. No caso da EJA, isso implica reconhecer as diferentes faixas etárias, trajetórias de vida, condições físicas e contextos socioculturais dos estudantes, organizando práticas pedagógicas que valorizem a cultura corporal e promovam a inclusão, a participação e o desenvolvimento integral dos educandos.

A obrigatoriedade da Educação Física na Educação Básica foi reforçada pela Lei nº 10.328/2001. Posteriormente, a Lei nº 10.793/2003 estabeleceu hipóteses em que sua prática pode ser facultativa, como nos casos de jornada de trabalho igual ou superior a seis horas, idade superior a trinta anos, prestação de serviço militar, condições de saúde previstas em lei e existência de prole (Brasil, 2001, 2003).

No contexto da Educação de Jovens e Adultos, essa previsão legal produz efeitos relevantes, pois grande parte dos estudantes enquadra-se em uma ou mais dessas situações. Como observa Souza (2023), a facultatividade da prática nas aulas de Educação Física constitui um dos principais desafios para a consolidação do componente curricular na EJA, uma vez que muitos educandos deixam de participar das atividades corporais. Ao mesmo tempo,

essa previsão não elimina o direito ao acesso aos conhecimentos da cultura corporal, o que exige a organização de práticas pedagógicas compatíveis com as características, necessidades e condições de vida desse público.

Oliveira (2025), ao analisar a formação de professores de Educação Física que atuaram na EJA, identifica a necessidade de superar práticas padronizadas e reconhecer as especificidades das turmas. Souza (2023) propõe o uso de temas geradores vinculados à vida dos estudantes, permitindo que os conteúdos da cultura corporal sejam discutidos de forma crítica e contextualizada. Nessa direção, a aula pode constituir espaço de diálogo, convivência, produção de conhecimentos e valorização das experiências corporais.

Para que esse potencial se concretize, o planejamento deve considerar as condições físicas, as faixas etárias, os interesses e os conhecimentos dos estudantes. Atividades exclusivamente competitivas ou baseadas em padrões uniformes de desempenho podem produzir afastamento. Estratégias cooperativas, alternativas de participação, diversificação dos materiais e flexibilização das regras ampliam as possibilidades de envolvimento nas experiências propostas.

2.2. Práticas Pedagógicas Inclusivas e Formação Docente na Educação Física

As práticas pedagógicas inclusivas vão além da adaptação de atividades para atender às necessidades de um estudante específico. Elas envolvem o planejamento de objetivos, conteúdos, metodologias, recursos didáticos, formas de avaliação e relações pedagógicas que favoreçam a participação de todos. Nessa

perspectiva, o professor deve reconhecer a diversidade presente na turma e organizar estratégias que eliminem barreiras à aprendizagem e fortaleçam o processo educativo. Como afirma Wszolek (2023, p. 43):

O professor de Educação Física das APAEs, deve considerar o propósito da diversidade nas aulas, proporcionando práticas pedagógicas de ensino que oportunizem a compreensão e valorização das diferenças pelos próprios alunos, valorizando as participações individuais em torno da construção do processo de ensino aprendizagem coletivo, voltado para as experiências externas e sócio históricas do grupo.

Para esta pesquisa, práticas pedagógicas inclusivas serão compreendidas como ações de planejamento, mediação e avaliação que reconhecem a diversidade da turma, reduzem barreiras à participação e à aprendizagem, flexibilizam regras, materiais e formas de realização das atividades e asseguram diferentes possibilidades de envolvimento dos estudantes. Deus (2025) destaca que a flexibilização metodológica, a adaptação de materiais e a reorganização das atividades favorecem a participação dos estudantes nas aulas de Educação Física. Embora parte dessas pesquisas tenha sido desenvolvida no âmbito da Educação Especial, seus resultados oferecem contribuições para compreender como o planejamento pedagógico e a mediação docente podem reduzir barreiras à aprendizagem e ampliar as oportunidades de participação.

Na mesma direção, Lopes e Andrade (2026) associam a cooperação, a participação e a adaptação curricular à construção de ambientes escolares mais inclusivos. Esses elementos também encontram

respaldo nas políticas educacionais voltadas à Educação de Jovens e Adultos. Ademais, a Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000, ao instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, estabelece que a organização curricular deve considerar as especificidades dessa modalidade, dispondo que: Art. 5º, inciso III:

Quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica (Brasil, 2000).

Desta forma, a diretriz evidencia que a organização das práticas pedagógicas na EJA deve respeitar as características e necessidades de seus estudantes, assegurando condições de acesso, permanência e aprendizagem. No caso da Educação Física, isso implica desenvolver propostas pedagógicas flexíveis e inclusivas, capazes de conciliar o direito à formação comum com o reconhecimento das diferentes trajetórias, experiências e condições de participação dos educandos.

Vale ainda mencionar que, a formação docente constitui um dos elementos centrais para a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas na Educação Física da EJA. Nesse sentido, Laplechade (2025) evidencia que a ausência de uma formação voltada às especificidades dessa modalidade de ensino e da educação inclusiva limita a atuação dos professores diante da diversidade presente nas salas de aula.

Em contrapartida, Oliveira (2025) demonstra que a formação continuada, o planejamento coletivo e a reflexão sobre a prática favorecem a construção de estratégias pedagógicas mais contextualizadas e alinhadas às necessidades dos estudantes. Esses estudos reforçam que a qualificação docente representa um fator essencial para promover a participação, a aprendizagem e a permanência dos educandos na EJA, fornecendo subsídios para a análise das práticas pedagógicas investigadas e para a elaboração do produto educacional proposto nesta pesquisa.

A construção de práticas pedagógicas inclusivas na Educação Física da EJA também encontra respaldo na concepção de educação defendida por Paulo Freire, que compreende o estudante como sujeito ativo do processo de aprendizagem. Nessa perspectiva, o ensino deve respeitar os saberes, as experiências e as singularidades dos educandos, favorecendo uma aprendizagem crítica, participativa e contextualizada. Conforme Souza (2023, p. 70):

A perspectiva de Paulo Freire é para a autonomia e para a emancipação. O educador não pode apenas ensinar os conteúdos, mas sim entender como os educandos aprendem. O conhecimento não é nada pronto e acabado, está em constante transformação, a transmissão dos conteúdos, e a memorização dificultam o processo de aprendizado. É preciso buscarmos reflexões para nossas práticas pedagógicas que deem conta de atender o sujeito e suas subjetividades.

A partir desses referenciais, a pesquisa considerará que as práticas pedagógicas inclusivas na Educação Física da EJA dependem da articulação entre organização curricular, planejamento, mediação docente, formação profissional e reconhecimento das condições dos

estudantes. Esses fundamentos orientarão a análise das entrevistas, das observações e dos documentos, bem como a elaboração do Guia Pedagógico proposto como produto educacional.

3. METODOLOGIA

A pesquisa será desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, adequada à compreensão das experiências, percepções e significados atribuídos pelos participantes às práticas pedagógicas e ao cotidiano escolar. Quanto aos objetivos, terá caráter exploratório e descritivo, pois buscará conhecer uma realidade específica, identificar as práticas inclusivas desenvolvidas e descrever os desafios e as possibilidades encontrados no contexto investigado.

Quanto aos procedimentos, será adotado o estudo de caso, por permitir a análise aprofundada de um fenômeno contemporâneo em seu contexto real. A unidade de análise será constituída pelas práticas pedagógicas desenvolvidas nas aulas de Educação Física da EJA na escola selecionada. Os resultados serão interpretados a partir das características desse caso, sem pretensão de generalização estatística para todas as escolas ou redes de ensino.

O estudo de caso mostra-se adequado porque possibilita examinar as práticas pedagógicas em articulação com as condições institucionais, as relações estabelecidas nas aulas e as percepções dos participantes. A unidade de análise será constituída pelas práticas pedagógicas desenvolvidas nas aulas de Educação Física da EJA na escola investigada.

O estudo será realizado em uma Escola de Educação Básica Municipal, situada no município de Palmeirândia, Maranhão. A instituição foi selecionada por ofertar a Educação de Jovens e

Adultos e por possibilitar a observação das práticas pedagógicas desenvolvidas no componente curricular Educação Física.

Antes da produção dos dados, será solicitada autorização formal à Secretaria Municipal de Educação e à direção da escola. A caracterização do campo contemplará informações sobre etapas da EJA ofertadas, número de turmas e estudantes, organização das aulas de Educação Física, espaços disponíveis e documentos que orientam o trabalho pedagógico. A caracterização institucional será realizada sem divulgar informações pessoais ou administrativas que não sejam necessárias à compreensão do objeto investigado.

Participarão da pesquisa o(a) professor(a) de Educação Física responsável pelas turmas da EJA no período da produção dos dados, estudantes regularmente matriculados que tenham vivenciado as aulas observadas, o(a) gestor(a) escolar e o(a) coordenador(a) pedagógico(a) responsável pela modalidade. A seleção dos estudantes será intencional e buscará contemplar participantes com diferentes faixas etárias, tempos de matrícula e formas de participação nas aulas. A quantidade de estudantes será definida após o levantamento das turmas e da matrícula, considerando a viabilidade da investigação e a suficiência das informações produzidas. A inclusão de novos participantes poderá ser encerrada quando as entrevistas passarem a apresentar recorrência de conteúdos relacionados aos objetivos da pesquisa.

Como critérios de inclusão, serão considerados: atuação ou matrícula no período da pesquisa; participação nas atividades relacionadas ao objeto investigado; concordância voluntária; e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. No caso de participante

menor de 18 anos, serão solicitados o consentimento do responsável legal e o assentimento do estudante.

Serão excluídos profissionais afastados no período da produção dos dados, estudantes que não tenham participado das aulas observadas e pessoas que não autorizarem a participação. A frequência irregular não será utilizada, isoladamente, como critério de exclusão, pois as ausências podem oferecer elementos para a compreensão das dificuldades relacionadas à participação e à permanência escolar.

A produção dos dados será realizada mediante análise documental, entrevistas semiestruturadas e observação não participante, permitindo confrontar informações provenientes de fontes distintas.

A análise documental abrangerá o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar, os planejamentos de Educação Física, os registros de matrícula e frequência disponibilizados pela escola e outros documentos relacionados à organização da EJA. O acesso aos registros institucionais respeitará as autorizações necessárias e a proteção das informações pessoais.

As entrevistas semiestruturadas serão realizadas com o(a) professor(a) de Educação Física, estudantes, gestor(a) e coordenador(a) pedagógico(a). Os roteiros serão organizados conforme cada grupo. As entrevistas com professores e equipe pedagógica abordarão planejamento, inclusão, formação, recursos, desafios e percepção sobre participação e permanência. Com os estudantes, serão discutidas experiências nas aulas, interesse, participação, acolhimento, dificuldades e vínculos com a escola.

Mediante autorização, as entrevistas serão gravadas em áudio e transcritas integralmente.

Serão observadas, inicialmente, oito aulas de Educação Física, podendo esse número ser ampliado conforme o calendário escolar e a necessidade de alcançar maior consistência e recorrência nos registros. Será utilizado roteiro de observação contemplando organização das atividades, participação dos estudantes, adaptações de regras e materiais, relações entre os participantes, situações de inclusão ou afastamento e estratégias de mediação docente. Os registros serão efetuados em diário de campo.

A produção dos dados seguirá esta sequência: autorização institucional; apresentação da pesquisa aos participantes; assinatura dos termos éticos; análise documental; entrevistas; observação das aulas; organização e transcrição do material. Os diferentes conjuntos de dados serão examinados de forma articulada, buscando convergências, divergências e particularidades.

Os dados serão examinados por meio da Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2016), seguindo as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados. Na pré-análise, serão organizadas as transcrições das entrevistas, os documentos e os registros do diário de campo. Na exploração do material, serão identificadas unidades de sentido e construídas categorias temáticas. Na etapa de tratamento e interpretação, as categorias serão relacionadas aos objetivos, à questão de pesquisa e ao referencial teórico.

As categorias iniciais poderão contemplar planejamento inclusivo, participação, adaptações pedagógicas, acolhimento, pertencimento,

dificuldades para continuidade dos estudos, formação docente e condições institucionais. Outras categorias poderão surgir durante o exame do material. A comparação entre entrevistas, observações e documentos será utilizada para ampliar a consistência interpretativa.

A pesquisa observará as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e será submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa antes do início da produção dos dados. A participação será voluntária e poderá ser interrompida a qualquer momento, sem prejuízo aos participantes.

Serão informados os objetivos, procedimentos, riscos e possíveis benefícios da investigação. Os participantes serão identificados por códigos ou pseudônimos, e os arquivos de áudio, transcrições e registros serão armazenados de forma protegida. A divulgação dos resultados evitará informações que permitam identificar individualmente professores, estudantes ou demais participantes. Os dados institucionais e os registros de frequência serão utilizados somente na extensão necessária à compreensão do objeto, sem exposição nominal dos estudantes ou divulgação de informações pessoais não relacionadas à pesquisa.

4. RESULTADOS ESPERADOS E DISCUSSÃO

Como a pesquisa ainda será realizada, não há resultados empíricos a apresentar ou discutir. Espera-se que a análise articulada de documentos, entrevistas e observações permita caracterizar as práticas inclusivas existentes, compreender as percepções dos participantes e identificar condições que favoreçam ou dificultem a participação e a permanência escolar na EJA. A interpretação dos dados deverá considerar que a permanência escolar é influenciada

por fatores pedagógicos, institucionais, sociais, econômicos e familiares, não podendo ser atribuída exclusivamente à Educação Física.

A expectativa é que os achados fundamentem a elaboração de um Guia Pedagógico para o Planejamento de Práticas Inclusivas na Educação Física da Educação de Jovens e Adultos. O material deverá reunir orientações para diagnóstico das turmas, planejamento de aulas, flexibilização de regras e materiais, estratégias cooperativas, alternativas de participação, avaliação pedagógica, sequências didáticas e recursos acessíveis. A versão preliminar será submetida à apreciação de professores de Educação Física, profissionais com experiência na EJA e pesquisadores ou docentes da área, com base em critérios de clareza, pertinência, organização, aplicabilidade, adequação ao público e coerência pedagógica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de pesquisa busca compreender como as práticas pedagógicas inclusivas são desenvolvidas nas aulas de Educação Física da EJA e como são percebidas pelos sujeitos da comunidade escolar em relação à participação e à permanência. O estudo de caso permitirá examinar o fenômeno em seu contexto, articulando planejamento, mediação docente, condições institucionais e experiências dos estudantes. Por ainda se encontrar no plano da investigação, as contribuições apresentadas são esperadas e deverão ser verificadas após a produção e análise dos dados. O guia pedagógico previsto como produto educacional poderá sistematizar orientações contextualizadas para apoiar o trabalho docente, sem desconsiderar a diversidade das trajetórias e condições dos estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf. Acesso em: 24 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.328, de 12 de dezembro de 2001. Introduz a palavra "obrigatório" após a expressão "curricular", constante do § 3º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 dez. 2001. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10328-12-dezembro-2001-426820-norma-pl.html. Acesso em: 24 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003. Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2 dez. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.793.htm. Acesso em: 24 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394compilado.htm. Acesso em: 24 out. 2026.

DEUS, Valéria Gomes de. Práticas pedagógicas e a inclusão nas aulas de educação física envolvendo a participação dos alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE). Orientadora: Cinara Franco Rechico Barberena. 2025. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2025. Disponível em: http://repositorio.ufrr.br:8080/jspui/handle/prefix/980. Acesso em: 5 ago. 2026.

DUTRA, Maria de Fátima Calógeras; MELO, Andréa Carla de Lima; SILVA, Rozineide Iraci Pereira da. Desafios e perspectivas da Educação de Jovens e Adultos (EJA): um olhar sobre a evasão e a prática pedagógica no Brasil contemporâneo. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 12, n. 5, p. 1-13, 2026. DOI: https://doi.org/10.51891/rease.v12i5.26038. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/26038. Acesso em: 5 ago. 2026.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Ed. especial comemorativa do centenário. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

LAPLECHADE, Andréa Vieira Siqueira. Educação inclusiva na educação de jovens, adultos e idosos: os desafios docentes e as possibilidades formativas. Orientadora: Maria Cândida Soares Del-Masso. 2025. 143 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade

Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2025. Disponível em: https://hdl.handle.net/11449/312446. Acesso em: 5 ago. 2026.

LOPES, Vanessa Chambella; ANDRADE, Camila Viana de Souza. Práticas pedagógicas e inclusão na educação física escolar: um estudo no Ensino Fundamental em uma escola de tempo integral. Research, Society and Development, Vargem Grande Paulista, v. 15, n. 3, 2026. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v15i3.50743. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/50743. Acesso em: 5 ago. 2026.

OLIVEIRA, Osvaldo do Carmo de. Interseções entre o cotidiano escolar de um professor de Educação Física na Educação de Jovens e Adultos e suas experiências na formação docente em serviço. Orientadora: Rosa Malena Carvalho. 2025. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Processos Formativos e Desigualdades Sociais) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2025. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/24531. Acesso em: 5 ago. 2026.

SOUZA, Marcelo Luiz de. Ressignificação de temas geradores na Educação Física da EJA: das situações-limite aos inéditos viáveis. Orientadora: Isabel Cristina Vieira Coimbra Diniz. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física (ProEF), Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: https://hdl.handle.net/1843/56164. Acesso em: 5 ago. 2026.

VAGO, Tarcísio Mauro. Pensar a educação física na escola: para uma formação cultural da infância e da juventude. Cadernos de Formação RBCE, p. 25-42, set. 2009. Disponível em:

http://www.rbce.cbce.org.br/index.php/cadernos/article/view/930. Acesso em: 5 ago. 2026.

WSZOLEK, Leandro. Práticas pedagógicas inclusivas na Educação Física: planejamento e desenvolvimento de intervenções numa APAE. Orientador: Gilmar de Carvalho Cruz. 2023. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2023. Disponível em: http://tede.unicentro.br:8080/jspui/handle/jspui/2039. Acesso em: 5 ago. 2026.

---

[1] ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1738-3074

[2] ORCID: https://orcid.org/0009-0008-1740-1376